



As Fontes de Informação e a Construção Social da Realidade: Aproximando Conceitos¹

Marina CHIARI²

Universidade da Amazônia - UNAMA

RESUMO

O que propomos neste artigo é uma aproximação teórica dos conceitos e teorias da notícia com a teoria da Construção Social da realidade, proposta por Berger e Luckman. À luz desta aproximação, propomos considerar a importância da pluralidade das fontes de informação no discurso jornalístico através de revisão bibliográfica onde foi possível encontrar relação as diversas teorias discutidas. Além da correlação entre os conceitos de rotina de trabalho, campo jornalístico e fontes de informação, correlacionamos a identidade profissional do jornalista com as situações de socialização dentro do campo profissional e padronização dos métodos de trabalho.

PALAVRAS - CHAVE: construção social da realidade; fontes de informação; sociologia do jornalismo; jornalismo e qualidade

Jornalismo e Jornalistas: Identidade na teoria

Definir uma única teoria que explique a razão de as notícias serem como são e a definição da profissão de jornalista, dentro do sentido sociológico do termo, têm sido duas questões com as quais os teóricos deste campo debatem-se ainda hoje. Desde a superação das teorias de paradigmas de efeitos limitados e do reconhecimento do poder da mídia eclodiram explicações teóricas que, desde os anos 70 do século XX, procuram explicar e definir os contornos do jornalismo e da notícia (Correia, 2004; Esteves, 2002). O fato de a maior parte dos estudos jornalísticos contemporâneos terem tido início no referido período influencia na grande quantidade de referências com uma perspectiva sociológica (Sousa, 2008), e está refletido numa busca pela definição da atividade jornalística de acordo com os conceitos sociológicos de profissão (Traquina, 2005).

O retrato difuso da profissão de jornalista e das suas práticas (Rieffel, 2003) é um ponto tido em conta na formulação de pressupostos teóricos. Alguns autores ressaltam a sua

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo do XI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre em Ciências da Comunicação – Estudos de Mídia e Jornalismo, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Professora dos cursos de Comunicação Social – Jornalismo e Comunicação Social – Publicidade e Propaganda da Universidade da Amazônia – UNAMA. Email: marinachiari.1@gmail.com



indefinição do ponto de vista sociológico, visto que as profissões distinguem-se dos ofícios ou ocupações por envolverem alguns requisitos básicos como uma formação intelectual, a aquisição de uma técnica ou conhecimentos específicos e a especialização do saber (Mesquita 2003; Traquina 2005). Ainda que nenhum destes aspectos possa ser delineado com precisão, é também consenso entre a maior parte dos estudiosos que o jornalismo na prática democrática tem funções sociais precisas e indispensáveis, que não podem ser preenchidas por nenhuma outra ocupação ou profissão. “Ser jornalista implica a partilha de um *ethos*. Uma constelação de valores como o rigor, a exatidão, a honestidade e uma noção de equidistância” (Traquina, 2005: 34) é comum à comunidade jornalística, tida como “transnacional e interpretativa” (Traquina, 2004: 187) de valores-notícia comuns a uma cultura profissional.

A definição, comum a muitos autores, do papel social do jornalismo na sociedade democrática gira à volta da sua função de equipar os cidadãos com a informação necessária para se “auto-governar” nas palavras de Kovach e Rosenstiel (1999) ou para “o exercício dos seus direitos e para a voz na expressão das suas preocupações”, atuando como um elo entre a opinião pública e os seus governantes, como afirma Nelson Traquina (2004:66). Os jornalistas são pragmáticos e a sua atividade prática é continuamente confrontada com os constrangimentos profissionais característicos do ambiente e dia-a-dia de trabalho.

A definição das redações como uma complexa estrutura social – consenso entre muitos autores (Tuchman, 1978; Schudson, 1995; Singer, 2004) – está presente em uma série de teorias que pretendem explicar o *ethos* jornalístico. Nos debruçamos, portanto, sobre a proposta de Nelson Traquina (2002 - 2005) partilhada por outros autores (Correia 1997; Santos, 1997; Schudson, 1995; Gomes, 2009) do uso de várias explicações complementares entre si e não necessariamente exclusivas, num quadro mais largo de análise de um sistema midiático enquanto um conceito que integra diversos aspectos e vertentes da realidade.

A proposta de Nelson Traquina sistematiza as teorias da notícia nas seguintes propostas: Teoria do Espelho, em que as notícias são vistas como um espelho da realidade; Teoria da Ação Pessoal ou do *Gatekeeper*, em que as notícias resultam da seleção de acontecimentos tendo em conta a opção particular do jornalista seletor; Teoria Organizacional, em que as condições organizacionais geram a produção jornalística; Teoria da ação política, que tem em conta o conceito de distorção da realidade, que, numa versão seria originada pelo controle ideológico que faz da mídia um instrumento a



serviço da classe dominante, e noutra perspectiva colocaria os meios de comunicação como instrumentos a serviço das ideologias dos próprios jornalistas; Teoria estruturalista, de cunho macro-sociológico, que, ao ratificar a reduzida autonomia dos jornalistas, define a notícia como um produto socialmente construído que legitima a cultura dominante e enquadra os jornalistas numa cultura rotinizada, burocratizada e dominada pelos proprietários dos meios de comunicação, refletindo a relação estrutural entre estes e os definidores da notícia; Teoria Construcionista (Berger e Luckman 1987; Hall et al 1978; Tuchman, 1978) que define as notícias como resultado de um processo de construção em vários níveis – linguístico, social, organizacional e cultural – rejeitando o conceito de distorção e legando uma relativa autonomia aos jornalistas; Teoria interacionista, que coloca os jornalistas numa posição de partilha de uma cultura comum da qual resultam os processos de percepção, seleção e transformação dos acontecimentos em notícia, sob a égide dos constrangimentos de tempo e espaço, e da interação com as fontes. Na teoria interacionista encontramos muitos dos conceitos que podemos aproximar dos conceitos trabalhados por Berger e Luckman na teoria da construção social da realidade: os jornalistas enquanto participantes na construção da realidade e as notícias como uma construção social que registram aspectos dessa realidade refletindo também constrangimentos organizacionais, rotinas e enquadramentos.

Para traçar a relação de aproximação entre a teoria da construção social da realidade e o papel das fontes de informação na construção do discurso jornalístico, lançamos mão dos conceitos de cultura organizacional, rotinas de produção e campo jornalístico.

O conceito de campo jornalístico proposto por Pierre Bourdieu (citado por Traquina 2004/2005; Santos, 1997; Tuchman, 1978) e o de promotores de notícias proposto por Molotch e e Lester (1974; citado também em Santos, 1997; Gomes, 2009; Ribeiro, 2009).

Harvey Molotch e Marilyn Lester (1974) identificam na produção jornalística três tipos diferentes de sujeitos intervenientes: os promotores de notícias, os “*news assemblers*” (1974:40) ou os selecionadores das notícias, e os consumidores. Essa definição é tida em conta pela sua relação com o campo jornalístico proposto por Bourdieu. O sociólogo francês distingue os jornalistas em dois pólos, o intelectual e o comercial, relacionando numa noção de campo estes dois tipos de legitimação. Ele propõe ainda o conceito de campo de notícia, que seria “o resultado do fluxo de informação que transita entre



fontes e jornalistas, intervindo diversos participantes dos dois lados” (Santos, 1997: 162).

A relação entre os dois conceitos é trabalhada por Nelson Traquina de forma a refletir grande parte daquilo que propomos:

Concebendo o jornalismo como um campo (...) entendemos que as notícias são um resultado de processos de interação social entre promotores e jornalistas – os agentes especializados do campo jornalístico – entre os próprios profissionais do campo, isto é, entre jornalistas, e entre os jornalistas e a sociedade, sendo que os seus valores-notícia são construídos sobre um pano de fundo – a estrutura profunda (Hall et al 1978) – que projeta um mapa do mundo em esferas do consenso, da controvérsia e do desvio. (Traquina, 2004: 185/186)

O sistema cultural partilhado pelos jornalistas e pelas fontes profissionalizadas é, portanto, fundamental para a definição da profissão e o estabelecimento dos conceitos da sua análise. Para Michael Schudson (1995), por exemplo, as notícias, como forma de cultura, incorporam suposições acerca do que importa e do que faz sentido no tempo em que vivemos, daí a importância do seu papel social. O autor suscita ainda a importância da notícia como instrumento que atribui “legitimidade pública” ao acontecimento (1995:19).

Jornalismo e a Construção Social da Realidade

O conceito de construção social da realidade foi apresentado por Peter Berger e Thomas Luckman em 1976 e circunscreve a sua perspectiva central na teoria de que toda a realidade é socialmente construída pelas práticas individuais e sociais que conduzem à redefinição e renegociação constante das regras, normas, significados e símbolos sociais (Berger e Luckman 1987; Sousa, 2006). As formas sociais institucionalizadas são reproduzidas e transformadas nas interações e práticas dos atores sociais que, através destas mesmas práticas, também originam novas formas sociais no momento em que os indivíduos atribuem significados às suas ações, gerando novas representações e definições da realidade. Os autores consideram a comunicação social como “criadora de uma espécie de patamar mínimo de entendimento comum, compartilhado, da realidade social” (1987: 75) que propõe modelos de comportamento.

Os autores propõem ainda o conceito de “hábito” como forma de fundamentar a institucionalização das ações dos indivíduos, abrindo aqui um importante precedente para as discussões das rotinas de produção dentro das redações quando afirmam que:



“As ações tornadas habituais conservam o seu caráter plenamente significativo para o indivíduo, embora o significado em questão se torne incluído como rotina em seu acervo geral de conhecimentos. O hábito fornece a direção e a especialização da atividade que faltam no equipamento biológico do homem, aliviando assim o acúmulo de tensões resultantes dos impulsos não dirigidos. O fundamento da atividade tornada habitual abre o primeiro plano para a deliberação e a inovação. Estes processos de formação de hábitos precedem toda institucionalização” (Berger e Luckman, 1987:78).

O conceito de notícia como uma realidade construída foi desenvolvido por Gaye Tuchman (1978) em “*Making News*”, um dos títulos dos estudos do jornalismo sob uma perspectiva sociológica. A autora considera que as notícias e os acontecimentos noticiáveis são resultado de práticas quotidianas do campo jornalístico e da interação entre jornalistas e as realidades sociais. A notícia constitui e reconstitui significados sociais, reproduzindo estruturas institucionais. No processo diário de selecionar acontecimentos a organização noticiosa, como uma instituição legitimada, constrói a realidade. Da mesma forma que a produção jornalística tem uma elaboração textual que implica a descontextualização do acontecimento e a sua recontextualização através da informação. Pelo fato de emprestar às ocorrências um caráter público:

As notícias são, acima de tudo, uma instituição social. São um método institucionalizado de fazer com que a informação esteja disponível para os consumidores. São ainda um aliado das instituições legitimadas, (...) sendo coletadas e disseminadas por profissionais que trabalham em organizações” (Tuchman, 1978:4).

A notícia empresta existência à ocorrência como acontecimento público e a caracteriza porque ajuda a moldar a definição pública dos acontecimentos. O quadro noticioso organiza a realidade do quotidiano (Santos, 1997:48).

Ao propor o problema da pluralização das fontes temos em conta aquilo que Bourdieu propõe quando afirma que os jornalistas partilham estruturas invisíveis através das quais interpretam a realidade, da qual o jornalismo constitui uma parte seccionada (Traquina 2005:29), além de pertencerem também “a um universo de comunicação quotidiana pré-existente à sua posição profissional” (Correia, 2004: 186).

Optamos por trabalhar com os conceitos previamente discutidos, definindo as notícias como o resultado do esforço dos jornalistas em suprir a necessidade dos cidadãos de situarem-se na sua comunidade, no ambiente social partilhado com o grupo que o rodeia, percebendo também outras plataformas sociais de entendimento das quais, apesar de não fazerem parte, detém conhecimento e interagem no tecido social. Isto,



com o objetivo de se autogovernarem e exercerem o seu papel de cidadãos previsto em uma cultura democrática.

As fontes de informação no processo de produção da notícia

Uma primeira definição de fontes pode ser a de “pessoas que o jornalista observa ou entrevista, ou as que fornecem apenas informações enquanto membros ou representantes de grupos de utilidade pública ou de outros sectores da sociedade” (Wolf, 1985:223). Ou ainda, documentos, pessoas comuns e mesmo a própria audiência enquanto tal ou enquanto indivíduo (Sundar e Nass, 2001). Para esta análise o importante é ter em conta a relação de negociação entre jornalistas e fontes na qual os dois lados dispõem de recursos específicos e exercem influência uns sobre os outros (Rieffel, 2003: 143).

A importância da análise da interação entre jornalistas e fontes para a compreensão do processo jornalístico reflete-se na quantidade de autores que se debruçam sobre essa relação e a sua influência sobre a notícia – esta entendida como conceito de enunciado jornalístico proposto por Sousa (2008:21). No presente estudo, com base em alguns autores portugueses e brasileiros (Santos, 1997; Guerra, 2000, Castanheira, 2004; Gomes, 2009; Ribeiro, 2009) que lançam mão de uma base teórica semelhante no estudo do jornalismo, exploraremos as abordagens desta relação.

Em 1979 Herbert Gans classificou vários tipos de fontes informativas de acordo com as suas ações sobre a produção noticiosa, divididas em “institucionais e oficiosas, provisórias e permanentes, ativas e passivas, e conhecidos e desconhecidos” (citado em Ribeiro, 2009: 18, 19). Essa classificação reflete a forma como as fontes de informação agem ou reagem às necessidades informativas dos jornalistas e a forma como estas interagem no processo de produção noticiosa, tendo entre si um acesso desigual aos meios de comunicação social (Sigal, 1973).

Rogério Santos (1997) realizou um estudo sobre a relação jornalistas/fontes nos meios de comunicação, onde compara o jornalista ao historiador – ambos baseiam seu trabalho nas fontes com maior ou menor aproximação à realidade, dependendo daquilo que aquelas têm para dizer e da forma como encaram a busca da verdade e objetividade.

Para Santos, o recurso sistemático ao comentário e à opinião se deve à importância dada à descrição imediata do sucedido (Santos, 1997: 16). “A notícia é o que a fonte diz” mediada pelas organizações noticiosas e rotinas jornalísticas, e depende da relação do jornalista com a fonte (1997:26), defende o autor, sem descuidar dos constrangimentos aos quais os jornalistas estão expostos nas rotinas noticiosas e que fazem com que



procurem fontes oficiais por não poderem relatar um fato presenciado (Sigal, 1973), e por estas serem mais disponíveis.

Esta primeira versão dada pelas fontes burocratizadas seria responsável pelo enquadramento da notícia, dando forma ao que Hall et al (1978) chamaram de primeiro definidor. Hall e seus colegas defendem que algumas fontes são poderosas o suficiente para definirem o enquadramento das notícias por serem “particularmente credíveis, devido à sua representatividade e ao seu estatuto institucional” (Neveu, 2001:73) e são, devido à rotina jornalística, o primeiro lugar onde os jornalistas buscam informações. Este grupo de estudiosos relega, ao contrário de Molotch e Lester (1974), uma menor autonomia aos jornalistas nas relações com as suas fontes de informação.

Essa relação privilegiada dos jornalistas com as fontes oficiais resulta das rotinas produtivas e numa burocratização do jornalismo em si, de forma que, ainda que o jornalista tenha alguma autonomia, essas fontes organizam-se enquanto tal, pondo em prática táticas para garantir uma cobertura favorável e desejada.

O estudo de Hall e colegas (1978) enquadra-se nas teorias estruturalistas, e encara as fontes como um único bloco. Ainda que criticado por um “determinismo excessivo” (Traquina, 2005:180) vale a pena ressaltar que está entre os outros numerosos estudos que indicam as fontes oficiais como predominantes (Sigal 1973; Molotch e Lester, 1974; Tuchman, 1978; Gans, 1979; Schudson, 1995), dando corpo àquilo que Schlesinger definiu como “acesso estruturado” (1992, citado em Santos, 1997: 23) aos meios de comunicação, ou seja, aquelas fontes que têm mais informação a dar e estão mais atentas às necessidades produtivas dos jornalistas beneficiam de um acesso habitual ao espaço na mídia, gerando uma tendência que advém da profissionalização dos jornalistas, de se virarem para as autoridades (Neveu, 2001:70).

Rotina e produção do conhecimento

Um importante aspecto dos estudos sobre o jornalismo centra-se na análise das rotinas de trabalho e seu impacto sobre o produto final: a notícia. Ainda que cada redação mantenha a sua própria cultura organizativa que gera diferentes formas de socialização entre os profissionais, alguns aspectos relativos às rotinas da produção informativa tendem a ser comuns a todos os órgãos de comunicação, e estas rotinas têm um reflexo dentro da função social desenvolvida pelas notícias.

Mauro Wolf (1985: 218) define três fases principais da produção informativa cotidiana comuns à grande maioria dos meios de comunicação: a recolha, a seleção e a apresentação das notícias. Para o autor estas fases são as que mais incidem na qualidade



do jornalismo de uma forma geral, ainda que cada uma possa apresentar rotinas articuladas e processos de trabalho específicos do meio em questão.

Durante a fase de recolha do material que dará origem às notícias um fator importante é que o jornalista tenha disponível um fluxo seguro e constante de material noticiável. Esta necessidade é, em parte, responsável pelo acesso diferenciado das fontes aos meios de comunicação, visto que as fontes institucionais, governamentais e autorizadas, como propõe Ribeiro (2009), ou ainda agências, são aquelas que mais meios têm para satisfazer essa exigência.

As formas de organização das rotinas produtivas do jornalismo, apesar de constantemente apontadas como possivelmente prejudiciais para a qualidade final do produto jornalístico, mostram-se inevitáveis, devido à necessidade de organizar a recolha do material noticiável e, como coloca Correia (1997:134), “transformar a infinidade de acontecimentos que ocorrem num certo lapso de tempo num conjunto de notícias”. Sendo, para isso, necessário estabelecer alguma ordem.

Outros autores justificam ainda essa necessidade organizativa como uma forma de lidar com acontecimentos imprevisíveis que fujam à organização da agenda e da rotina (Tuchman, 1978; Santos 1997). Essa rotina não deve, no entanto transformar-se num obstáculo ou mesmo num instrumento de ‘desculpabilização’ dos erros cometidos pelos profissionais.

Para Rémy Rieffel (2003: 138) a análise da esfera organizacional é um cruzamento da sociologia de mídia e da sociologia do trabalho. Sendo assim, ao perceber a autonomia de que cada jornalista dispõe, em relação à organização interna e aos condicionamentos externos, podemos apreender os efeitos das rotinas profissionais e o seu impacto na produção da informação e, numa perspectiva macro-sociológica, na distribuição do conhecimento operada pelas instituições sociais – entre as quais estão os meios de comunicação.

Numa perspectiva da construção social da realidade, à medida que as tipificações – através das quais apreendemos a realidade social – se vão distanciando das razões que as originaram tornam-se “progressivamente anônimas” (Berger e Luckman, 1987:52). Para os autores desta teoria, no conhecimento da vida quotidiana um elemento importante é conhecer “as estruturas que têm importância para os outros” (1987:67). O conhecimento, por sua vez, está socialmente distribuído e possuído por diversos indivíduos e tipos de indivíduos e a sua distribuição social e de certos elementos da realidade quotidiana é um importante elemento deste tipo de conhecimento. Desta



forma, podemos considerar que a relação entre a rotina jornalística e a imagem da realidade fornecida pelas notícias é uma questão central na compreensão do papel social dos jornalistas como um importante elemento de produção de conhecimento numa das muitas esferas sociais.

A influência das rotinas produtivas na relação dos jornalistas com as fontes é um dos aspectos fundamentais que faz a ligação entre as rotinas produtivas e a distribuição social do conhecimento. Stuart Hall (*et al*, 1978), ao defender o conceito de primeiro definidor, relaciona-o com o fato de, ao reproduzirem principalmente as fontes oficiais e institucionalizadas, os meios de comunicação reforçarem a estrutura do poder estabelecido, prevalecendo sempre a definição e o enquadramento inicial das fontes privilegiadas no processo de seleção das notícias. Os autores suscitam ainda o papel dos mapas de significados, ao afirmar que os critérios de noticiabilidade devem refletir a imprevisibilidade e a natureza conflituosa do mundo, trazendo os acontecimentos inesperados para o mapa de significados que constituem a base de conhecimento do mundo social.

Ainda que o modelo acima proposto admita pouca ou nenhuma autonomia por parte dos jornalistas, como suscitam Nelson Traquina (2005) e Rogério Santos (1997), outros estudos (Sigal, 1973; Ribeiro, 2009) demonstram ser muito pequena a proporção de conteúdo originado por iniciativa dos jornalistas ou fugas de informação. Tendo isto em conta podemos considerar o conceito de “cultura de redação” proposto por Santos (1997: 193/194) – que seriam as normas e protocolos com base nos quais o jornalista produz a notícia, e que são originados nas reuniões formais e informais – um processo de socialização, portanto – e que condicionam a autonomia do jornalista ao grau de liberdade que a organização lhe concede para a aplicação destas normas.

Ainda sob a perspectiva da dependência dos jornalistas dos padrões de rotina, Schudson (1995) relembra a tendência das notícias para enfatizar o conflito e o sentido de oposição entre os “dois lados da história” e para manter um certo afastamento dos temas tratados. Isto se dá, em grande parte, pela busca pelo profissionalismo e por uma cultura de cinismo, prevalecente nas redações, assim como a dependência da legitimação das fontes oficiais. O autor atrela grande parte dos problemas relacionados à parcialidade das notícias “ao excesso de profissionalismo dos jornalistas, e não à falta dele” (1995:10-12).

Já o recurso à noção de campo jornalístico proposto por Pierre Bourdieu, convida-nos a pensar no jornalismo como um universo estruturado por oposições objetivas e subjetivas



e na sua autonomia com relação aos campos político, econômico e intelectual. A institucionalização dos campos de forma desigual designa convenções práticas de comportamento entre os diversos intervenientes do campo, dando como exemplo as regras do anonimato das fontes. Quando se tem em conta que a constituição do jornalista enquanto profissional baseia-se também em saberes que lhe permitem uma antecipação da ação, a noção de rotina torna-se mais clara ao mostrar que comporta dois principais contrapontos: o de mostrar a importância de um assunto preparado previamente e sublinhar que a competência do jornalista também se mede pela capacidade de antecipação do imprevisto (Neveu, 2001:65). Desta forma, resolvemos a questão da dualidade dos efeitos da rotina jornalística numa busca pelo equilíbrio entre a rotina que permite prever o imprevisto e a rotina que dificulta o trazer à luz o que até então era imprevisto.

Há, no entanto, que se ter em conta alguma autonomia, por parte do jornalista, para contrariar os condicionamentos impostos pela rotina de produção com o objetivo de dar existência a um pressuposto ético que rege a relação, por sua vez, entre o jornalismo e a sociedade, justificando socialmente a sua existência baseado nos objetivos de mediação entre os leitores e a realidade. Tendo em conta esta questão da mediação, Manuel Carlos Chaparro, no seu livro “A pragmática do Jornalismo” (1994), baseia-se na linha teórica de Teun van Dijk, que desenvolve a visão macro-pragmática dos atos de linguagem, para estabelecer uma conexão entre o jornalismo e a pragmática. Nessa perspectiva o autor expõe, baseado na relação dialética criativa entre o sucesso e processo, o acontecimento como “uma forma de processo com capacidade maior ou menor de reorganização social” (1994:28) ou uma ação não motivada por eventos posteriores à difusão, já que a ação jornalística “esgota-se na finalidade de informar e porque os propósitos jornalísticos se limitam à finalidade de informar tendo em vista o interesse público”, daí a condição inevitável da existência de um princípio ético orientador do jornalista. Consistindo o jornalismo em “um processo social de ações conscientes controladas e controláveis, portanto, fazeres coordenados com intenções” (1994:32).

Na macropragmática da ação jornalística Chaparro estabelece que:

“Sendo o jornalismo um processo social de ações conscientes, controladas ou controláveis, esse processo só se concretiza se os fazeres jornalísticos forem cognitivamente controlados por intenções inspiradas nas razões éticas que dão sentido social a esse processo. Porque as ações são conscientes e têm consequências sociais relevantes, o jornalista é responsável moral pelos seus fazeres. Se a intenção controla



conscientemente o fazer, então determina os processamentos técnicos e inspira as buscas e as soluções estéticas. Intenção é, portanto, a liga abstrata que funde ética e técnica, na busca de uma estética significativa para o processo.” (Chaparro, 1994:143)

Pluralidade das fontes: informação e poder

Dentro do processo de construção da notícia, já discutimos aqui o papel das fontes de informação no processo jornalístico e a forma como a rotina jornalística molda o conteúdo e a forma do produto noticioso. Sob esta mesma perspectiva, um fator a que damos bastante importância na fundamentação teórica deste trabalho são as consequências do acesso desigual das fontes aos meios de comunicação dado que, como afirma Mauro Wolf (1985:223): “o aspecto mais importante é que a articulação das fontes não é de modo nenhum casual ou arbitrária”.

Sigal (1973) afirma que nem todas as fontes têm acesso igual à mídia, que valoriza mais aos enunciados das fontes privilegiadas, geralmente oficiais, ligadas aos governos e grandes grupos econômicos. A esta conclusão chegou também Vasco Ribeiro (2009) na análise que fez do jornalismo político português entre 1995 e 2005. Sendo a notícia um produto da relação entre o jornalista e a fonte, o papel desta é fundamental devido à atribuição de significado ao acontecimento em todos os níveis da negociação da noticiabilidade com o jornalista.

A pluralidade dos tipos de fontes que participam, portanto, deste processo de atribuição de significados à notícia é positivo na medida em que a realidade construída por esta relação virá a ter o máximo possível de universos de significados representados, refletindo a interação entre o maior número possível de universos sociais que compõem a realidade socialmente construída, na qual se enquadra o jornalismo e da qual o jornalista é um ator importante.

Na sociologia do jornalismo Érik Neveu (2001) discute a seleção das fontes dentro da perspectiva dos estudos de *Agenda Setting*, teoria que designa a capacidade que os meios de comunicação social têm para produzirem uma “hierarquização da informação” exercendo uma influência sobre os temas que merecem atenção pública. Dentro dessa perspectiva o autor propõe que:

“Este poder “perpetua-se nos enquadramentos que consistem a panóplia, muitas vezes limitada, de modelos de tratamento de um assunto e funcionam como filtro que bloqueiam a cobertura dos acontecimentos que não entram nos esquemas preestabelecidos e assim não dispõem de repercussão social” (NEVEU, 2001:105).



Considerações finais

Podemos destas reflexões propostas, concluir que os jornalistas trabalham em um ambiente organizacional específico e que o seu trabalho está sujeito à rotina e cultura aí desenvolvidas, e por eles absorvidas nos diferentes tipos de processos de socialização. As características que regem o trabalho jornalístico e que, como expõe Schudson (1995:13), podem ser tomadas por um “instinto” ou capacidades adquiridas por uma longa experiência, quando são na verdade a estrutura literária, cultural e intelectual sobre a qual as notícias são construídas e que influencia as diversas fases da ação mediadora do jornalista. Esta rede complexa de condicionalismos e constrangimentos determinam em parte o conteúdo e a forma das notícias.

A predominância das fontes oficiais, institucionais, autorizadas e estáveis na cobertura jornalística, apesar de explicável por vários aspectos – entre os quais a rotina e os condicionamentos externos aos quais os jornalistas estão submetidos, mas também à cultura de redação originada entre os processos de socialização dos próprios jornalistas – não deve ser vista sob um prisma de total falta de autonomia por parte do jornalista, que como já vimos (em Chaparro, 1994), tem suficiente discernimento pragmático para guiar as suas ações profissionais no sentido de buscar uma maior pluralidade do espectro de fontes consultadas de forma a ajustar a tendência dominante, equilibrando-a. Se considerarmos, ainda, o conceito de distorção da informação, “imputável a um conjunto intrincado de causas cuja lógica principal é possível reconstituir mas em que é bastante difícil individualizá-las numa ordem de prioridades”, como proposto por Wolf (1985:229), podemos relacionar a tendência das notícias em buscar as fontes autorizadas com a busca da resposta para as suas necessidades produtivas e do posicionamento das mesmas na estrutura social que representam as notícias.

Podemos, portanto, afirmar que – tanto quanto ou mais do que o estatuto de *Gatekeeper* detido pelo jornalista – o estatuto de fonte de informação atribui poder àqueles que o detém. Principalmente se tivermos em conta o seu papel na orientação da produção de sentido pela qual as notícias são grandes responsáveis e nas quais as fontes de informação são protagonistas. A distribuição desse status de fonte a uma parcela maior da sociedade implicaria na criação de mecanismos de confirmação de credibilidade, desinteresse e idoneidade das fontes para com os jornalistas. Esses mecanismos, por sua vez, devem ter em conta as rotinas produtivas do jornalismo generalista diário e suprir as necessidades de tempo e recursos humanos em busca de um equilíbrio entre as



medidas necessárias que visam a saúde econômica dos meios de comunicação e aquelas que visam a realização de um trabalho jornalístico mais cuidado.

Referências bibliográficas

BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. (1987). **A construção social da realidade**. 7ª Edição, Editora Vozes. Petrópolis.

CASTANHEIRA, J. P. **No reino do anonimato** – Estudo sobre o jornalismo online. Edições Minerva, Coimbra, 2004

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do Jornalismo** – Buscas práticas para uma teoria da ação jornalística. 4ª Edição, Summus Editorial. São Paulo. 1994

CORREIA, Fernando. **Os Jornalistas e as Notícias**. 4ª Edição, Editorial Caminho. Lisboa, 1997

CORREIA, J. C. **Comunicação e Cidadania** – Os media e a fragmentação do espaço público nas sociedades pluralistas. Livros Horizonte, Lisboa, 2004

ESTEVESESJ. P. O. **Estudo dos Meios de Comunicação e a Problemática dos Efeitos** – breve Resenha Histórica e contributos para uma Respectiva Crítica. In: Esteves, João Pissarra (Org.). **Comunicação e Sociedade – Os Efeitos Sociais dos Meios de Comunicação de Massa**. Horizonte, Lisboa. 2002.

GOMES, R. M. **A importância da Internet para Jornalistas e Fontes**. Livros Horizonte. Lisboa, 2009.

GUERRA, J. L. **Ensaio sobre o Jornalismo: um contraponto ao ceticismo em relação à tese da mediação jornalística**. Versão Eletrónica: <http://www.crisluc.arq.br/Ensaio%20sobre%20o%20jornalismo.pdf> Anais do Congresso da Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – Compós. Associação dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – Compós, Porto Alegre, 2000. Acedido a 24 de Junho de 2010.

HALL ET AL. **Policing the crisis – Mugging, the State, and Law, and Order**. Holmes e Meier Publishers inc. New York. (1978)

KOVACH, B. ROSENSTIEL, T. Os elementos do Jornalismo – O que os jornalistas devem saber e o público exigir. 2ª Edição, Geração Editorial. São Paulo. (2004)

MESQUITA, M. **O Quarto Equívoco – O poder dos media na sociedade contemporânea**. Editora Minerva, Coimbra. 2003.

MOLOTCH, H.; LESTER, M.. **As notícias como procedimento intencional**: Acerca do Uso estratégico de acontecimentos de Rotina, acidentes e Escândalos. (1974) In: Traquina, Nelson. (Org). **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. 2ª edição (1999), Veja Editora. Lisboa. Pgs 34 a 51.

NEVEU, E. **Sociologia do Jornalismo**. Porto Editora, Porto, 2001

RIBEIRO, V. **Fontes sofisticadas de informação** – Análise do Produto Jornalístico Político da Imprensa Nacional Diária de 1990 a 2005. Editora Media XXI, Porto, 2009

RIEFFEL, R. **Sociologia dos Media**. Porto Editora, Porto, 2003.



- SANTOS, R. **A negociação entre jornalistas e fontes**. Editora Minerva, Coimbra, 1997.
- SCHUDSON, M. **The Power of News**. Harvard University Press, 1995
- SIGAL, L. V. **Reporters and Officials: The Organization and politics of newsmaking**. Lexington. D. C. Health, 1973
- SINGER, J. B. **'Strange bedfellows? The diffusion of convergence in four news organizations**. Journalism Studies, 5: 1, 3 — 18, 2004.
- SOUSA, J. P. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. 2a Edição, Edições Universidade Fernando Pessoa. Porto, 2006.
- SOUSA, J. P. **Qualidade Percebida de quatro jornais online**. Cadernos de Estudos Mediáticos III – Fundação Fernando Pessoa. 327 – 338, 2004.
- SUNDAR, S. S; NASS, C. **Conceptualizing Sources in Online News**. Journal of Communication, v51, p52-72, 2001.
- TRAQUINA, N. **A Tribo Jornalística – Uma comunidade transnacional**. Editorial Notícias. Lisboa, 2004.
- TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo – Volume 1 – Porque as notícias são como são**. Editora Insular, Florianópolis, 2005.
- TUCHMAN, G. **Making News – A Study in the Construction of Reality**. The Free Press, New York, 1978
- WOLF, M. (1985) **Teorias da Comunicação – Mass media: contextos e paradigmas; novas tendências; efeitos a longo prazo; o newsmaking**. Editorial Presença, Lisboa, 2002.